

O desenvolvimento como tema*

Albert Fishlow[§]

O início da vida de pesquisador e o interesse pela América Latina

Quando estive em Harvard, durante o meu período de estudos de pós-graduação, a área de discussão sobre a questão do desenvolvimento econômico estava apenas em seu início, de modo que, apesar de meu interesse pelo assunto, não cheguei a fazer um curso específico sobre o tema. Então, como historiador econômico, decidi escrever minha tese de doutorado sobre a história do processo de desenvolvimento nos Estados Unidos, particularmente sobre a questão das estradas de ferro. Alexander Gerschenkron disse que minha tese alterava os rumos da pesquisa em história econômica, pois mostrava a importância da visão dos economistas na dissecação dos processos históricos relativos ao desenvolvimento econômico. Mas enquanto estava escrevendo essa tese, tive contato, além de Gerschenkron, também com Albert Hirschman, que à época visitou Harvard para dar algumas palestras. Li os trabalhos de Hirschman, que então se dedicava a estudar a economia colombiana e seu processo de desenvolvimento. Essa oportunidade possibilitou que eu utilizasse muitas de suas idéias na tese que escrevia.

Logo depois, em 1961, fui para a Universidade da Califórnia, para começar a carreira ensinando. Kennedy já tinha sido eleito presidente e começara uma nova política para a América Latina, a “aliança para o progresso”. Decidi que ensinaria não apenas história econômica, mas que começaria a trabalhar sobre a questão do desenvolvimento latino-americano. Comecei então a trabalhar mais aplicadamente sobre esse tema e aprendi um pouco de castelhano, mas eu ainda era fundamentalmente um pesquisador da área de história econômica.

* Entrevista com o Professor Albert Fishlow, realizada em São Paulo, em 24/08/2003, pela Professora Leda Maria Paulani.

§ Professor da Columbia University.

Os primeiros contatos com o Brasil, a discussão sobre as causas do “milagre econômico” e as primeiras estimativas sobre renda

Em 1965, houve a possibilidade de ter um contrato com a USAID, que o Chenery estava dirigindo naquela época. Ele me propôs que viesse ao Brasil dirigir um projeto em que a Universidade da Califórnia iria ajudar a estruturar o IPEA, que acabava de ser estabelecido. Achei que poderia ser uma oportunidade interessante de aprofundar meus conhecimentos sobre América Latina e aceitei. A primeira vez que vim ao Brasil foi em 1965. Junto comigo veio um grupo de pesquisadores. Howard Ellis, por exemplo, também estava aqui. Mas a primeira vez em que vim ao Brasil, para ficar, foi em 1967, e de fato aqui permaneci até 1969. Aprendi a falar português e foi então que comecei a escrever alguma coisa sobre o País.

Naquela época estava sendo preparado o Plano Estratégico de Desenvolvimento, que foi lançado pelo João Paulo dos Reis Velloso, enquanto diretor do IPEA, tendo o Delfim Netto como Ministro da Fazenda. Eu participei muito intensamente da elaboração desse Plano. Fui o responsável pela elaboração da parte macroeconômica. Foi até uma coisa muito interessante porque na ocasião eu projetei a possibilidade de um crescimento médio anual da ordem de 6% e ninguém acreditou. Todos achavam absurdo imaginar que o Brasil tivesse possibilidade de crescer àquela taxa. Mas eu estava fazendo os cálculos, estava vendo o desemprego e o grau de capacidade ociosa. Na realidade, o capital estrangeiro investido na etapa anterior estava ainda muito subutilizado. Além disso, eu também pensava que, com a recuperação da atividade, novos investimentos estrangeiros seriam para cá atraídos, o que ajudaria a alavancar ainda mais o processo de crescimento, e assim por diante. Em 1971, escrevi um *paper* em que tentava justamente questionar a tese de que teriam sido as medidas de política econômica adotadas em 1964 que teriam provocado o milagre, quando, na verdade, isso foi propiciado pelos investimentos do período anterior. Quando eu fazia minhas projeções macroeconômicas lá em 1967 eu estava percebendo isso pelos dados de que dispunha. Por isso pude fazer aquelas projeções. E acertei.

Nessa ocasião eu remei contra a maré e pensei diferente de Roberto Campos e Octávio Gouveia de Bulhões, que tentavam reduzir a inflação seguindo políticas erradas. O que havia, de fato, era uma queda no salário real e uma política convencional de combate à inflação que deprimiria ainda mais a economia. Talvez por isso eles não conseguiram enxergar o milagre que estava a caminho. Em razão dessa discussão toda, eu acabei me interessando muito, enquanto estive por aqui, pelas questões relativas à distribuição da renda, já que não havia muitos estudos sobre isso.

Além de trabalhar nessas projeções macroeconômicas e estudar distribuição de renda, fiz também, nesse período, um estudo em que parto do desenvolvimento brasileiro no século XIX,

discuto a questão do encilhamento e da depressão e disputo um pouco as idéias do Celso Furtado sobre a importância do café. Foi também aí que chamei a atenção para a importância do déficit público naquela época, com a guerra entre São Paulo e a União, em 1932, e tudo o mais que propiciou o começo da recuperação do Brasil. Foi nesse trabalho, inclusive, que desenvolvi as estimativas da renda do Brasil entre o começo do século e o ano de 1947, quando já estavam começando os dados da Fundação Getúlio Vargas, estimativas essas que ainda são mais ou menos utilizadas.

Mas essa última parte eu fiz quando voltei à Universidade da Califórnia, pois eu saí do Brasil em 1969, logo depois do Ato Institucional nº 5. Aliás, com relação a isso, uma coisa sobre a qual tenho algum orgulho é que cancelei o contrato de colaboração entre a Universidade da Califórnia e o IPEA por causa do Ato Institucional nº 5. Naquela época havia muitos contratos, muita gente do exterior trabalhando aqui no Brasil, mas acho que foi o único contrato cancelado. Tenho até hoje um grande orgulho disso, por achar que pelo menos entendi o que estava acontecendo por aqui.

A discussão sobre distribuição da renda nos anos de chumbo

Depois disso, voltei ao Brasil em 1971, com uma amostra dos dados do Censo de 1960, que pela primeira vez trazia informações sobre renda familiar. Eu continuava interessado no Brasil, apesar do cancelamento do contrato, e continuei a trabalhar com seus problemas, particularmente com a questão distributiva. Consegui então as informações preliminares que o Censo de 1970 produzira e fiz um estudo sobre a distribuição da renda comparando as duas décadas. O que os dados mostravam muito claramente é que tinha havido uma deterioração, ou seja, uma piora na distribuição da renda ao longo dos anos 60, o que era consistente com as minhas idéias sobre o processo político.

Isso acabou causando alguns problemas, porque depois disso o Delfim Netto deu todas as informações do Censo de 1970 para o Carlos Langoni, que preparou um trabalho tentando justamente desqualificar o que eu estava apontando. Mas, de fato, o que eu tinha feito com as informações limitadas a que eu tivera acesso, utilizando apenas amostras, foi bem melhor do que o estudo que o Langoni fez, porque ele não utilizou em seu trabalho os dados do grupo com renda mais elevada. Acontece que havia, por uma questão meramente operacional, uma limitação da amostragem, um limite de 4 dígitos. Por isso, os números referentes ao grupo de maior renda simplesmente não entraram no estudo, e evidentemente a piora na distribuição da renda não apareceu. No meu caso, apesar de trabalhar com amostras, utilizei todos os grupos, e a piora distributiva, em conseqüência, inevitavelmente se mostrou.

Esse período todo foi um pouco difícil para mim. Em 1973, quando estava começando o programa de mestrado na Universidade de Brasília, meu amigo Edmar Bacha, que o dirigia, convidou-me a fazer uma conferência no início do programa. Eu me encontrava no Chile, onde estava justamente apresentando os resultados dos estudos sobre o Brasil, mas aceitei o convite de Bacha. Contudo, quando cheguei ao Rio de Janeiro, meu aluno Pedro Malan estava me esperando no aeroporto, e disse que seria melhor que eu não fosse para Brasília. Fiquei então no Rio e não falei a ninguém sobre o assunto. Eu sabia muito bem que, agindo diferente, havia a possibilidade de eu me tornar um herói. Mas para mim era muito fácil. Eu poderia ir embora, voltar à Califórnia, enquanto o Edmar e os outros tinham de continuar aqui e enfrentar suas responsabilidades. Por causa disso, eu nunca disse nada sobre esse assunto, mas agora eu posso dizer. Durante esse período não era, digamos, conveniente fazer estudos sobre o Brasil. Isso só começa a melhorar a partir de 1976, depois da eleição do Geisel, quando inicia-se um período em que havia mais debate interno.

Os alunos brasileiros em Berkeley e a questão da dívida externa dos países latino-americanos

Nesse trabalho em que utilizei os dados dos Censos de 1960 e 1970 eu não falei apenas da questão da distribuição da renda. Disse também que o milagre brasileiro não podia continuar, porque não havia poupança nacional suficiente, havia uma dependência muito grande do investimento estrangeiro e não havia uma conscientização sobre a necessidade de que as classes mais baixas também participassem do processo de desenvolvimento. De modo que eu continuava interessado no Brasil. Mas o que de mais importante aconteceu na década de 70 foi o grupo de alunos brasileiros que foi estudar em Berkeley. Pela primeira vez um grupo de economistas brasileiros estava estudando fora do País. Pedro Malan, Régis Bonelli, Andrea Calabi, Paolo Zhagen e muitos outros. Acho que, no total, ao longo dos anos 70 e 80 e começo dos 90, foram mais ou menos uns quinze doutorados. Outra coisa importante foi que quase todos os brasileiros que entraram na universidade concluíram seus cursos e obtiveram seus títulos, porque naquela época havia muitos alunos de várias partes do mundo estudando fora, nos EUA, mas nem todos iam até o fim.

Eu continuava escrevendo sobre o Brasil. Escrevi um trabalho sobre o período imediatamente posterior à revolução de 64 (agora, em vez de falar em revolução, podemos falar de intervenção, de golpe mesmo), e escrevi também sobre o período seguinte, o período posterior ao milagre, em que começava a sobressair a questão da dívida externa. Na realidade, acabei me especializando nesse assunto, particularmente ao longo dos anos 80. No começo dessa década houve aquela terrível crise externa. Em 1982, o Brasil tinha literalmente todos

os problemas. Então acabei escrevendo muito sobre isso nos anos 80. O livro *A Macroeconomia da Dívida Externa*, que escrevi com a Eliana Cardoso, é um desses trabalhos.

Mas não escrevi apenas sobre o Brasil. Antes desse livro, por exemplo, eu já tinha publicado uma série de artigos sobre o problema da dívida no Brasil e no México. Fiz uma análise coletiva dos países latino-americanos, comparando sua situação com a dos países da Ásia. Eu mostrava que esses últimos, que tinham metade da renda *per capita* dos países latino-americanos, haviam conseguido sair da crise, enquanto que os países latino-americanos continuavam com o problema. Naquela época vi um artigo que saiu no *Wall Street Journal*, no qual eu era colocado, junto com Jeffrey Sachs e Rudiger Dornbusch, como um dos professores norte-americanos que tinham começado a mudar, dentro dos Estados Unidos, as idéias sobre o endividamento externo dos países menos desenvolvidos e a afirmar que era necessário alterar a política americana com relação a isso. Logo depois, em 1988, veio a decisão, por parte do City Bank, de deixar de lado uma parcela da dívida. A partir daí começaram a surgir as possibilidades de se chegar a um acordo com esses países. Aconteceu com o México inicialmente e depois repetiu-se com outros países, inclusive com o Brasil, que, no início dos anos 90, consegue finalmente resolver esse problema.

A importância do mercado externo e a necessidade de poupança doméstica

Durante todo esse período, durante toda a década de 80, eu estive muito concentrado e muito envolvido com essa questão da dívida externa dos países latino-americanos. Mas logo se impõe com força a questão da estabilização dos preços na América Latina. Vão aparecendo os estudos relativos a esse problema e vão surgindo os chamados planos de estabilização. Começa na Bolívia, logo depois vem o México e a Argentina, e aqui no Brasil vem o Plano Cruzado, no início de 1986. Esse livro que eu estava escrevendo com a Eliana, que ficou pronto em 1988, fazia, dentre outras coisas, essa comparação entre os países latino-americanos, a partir de um estudo feito pelo *National Bureau of Economic Research*. Depois, nos anos 90, eu comecei a trabalhar com o problema da estabilização brasileira em si, com as dificuldades trazidas pela dívida interna e com as políticas aqui seguidas e passei a vir ao País com maior frequência.

Desde então, comecei a chamar a atenção para a necessidade de o Brasil exportar mais. Mas só agora parece estar havendo um interesse maior do País por este assunto. Eu penso que a ênfase da política brasileira tem sido sempre a de utilizar o mercado interno como a base do desenvolvimento, em vez de dar maior importância para a exportação. A elevação da

participação do País dentro da economia mundial pode, evidentemente, ser uma maneira de puxar o crescimento. No começo da década de 90, fiz comparações com os outros dois países dentro da região que começaram a crescer, o Chile e o México. O Chile, graças à importância das exportações, crescia de maneira mais ou menos contínua, enquanto o México também passa a crescer de modo sustentado depois da entrada no Nafta e da conseqüente intensificação de sua relação comercial com os Estados Unidos e o Canadá.

A última coisa que escrevi é exatamente sobre a ALCA, sobre as negociações atuais e as discussões sobre a OMC em Cancún. Eu acabei de fazer um trabalho, que vai ser publicado no mês de setembro pelo Instituto de Economia Internacional dos Estados Unidos, que trata da posição do Brasil dentro do comércio internacional. Penso que o Brasil, além de um país grande, pode e deve transformar-se num grande exportador, não só de produtos agrícolas, mas também de produtos manufaturados. Ultimamente todos vêm dando uma importância muito grande ao setor agrícola e evidentemente é muito positivo o grande aumento da produtividade por parte do Brasil nessa área. Mas, olhando um período mais longo, vê-se que a demanda para os produtos agrícolas tem uma elasticidade mais ou menos igual a um, enquanto que a dos produtos industriais é muito maior.

De qualquer forma, o fator importante que não podemos esquecer é que, no pós-guerra, principalmente a partir da década de 50, o comércio internacional vem crescendo, em média, duas vezes a taxa de crescimento do PIB de todos os países agregados. Isso indica que, para todos os países, o comércio internacional representa um mercado em que há oportunidades. Foi essa a maneira pela qual não somente o Japão, mas também a Coréia do Sul, Hong Kong, Taiwan e Cingapura conseguiram aumentar sua renda *per capita* rapidamente, e estão seguindo o mesmo caminho a Tailândia e outros países. Acho, por isso, que, para o futuro, essa possibilidade existe para o Brasil e pode servir como elemento básico de seu crescimento.

Com relação à estabilização, houve evidentemente um avanço durante os últimos oito anos. A grande contribuição do governo Fernando Henrique foi justamente acabar com a inflação, que castigava o Brasil há mais de um século. É, inegavelmente, uma contribuição muito importante, pois acabar com a inflação é uma tarefa básica para se poder, a partir daí, pensar o crescimento do País. Dentro da América Latina, a Argentina, o México, o Peru, o Chile, a Colômbia, quase todos os países estão conseguindo reduzir as suas taxas de inflação.

Mas, voltando ao Brasil, uma coisa necessária, além da estabilização monetária, já conquistada, e do crescimento das exportações, que mencionei anteriormente, é o aumento da poupança doméstica, porque nenhum país pode continuar sendo eternamente dependente da entrada de capital externo, fazendo dessa entrada a base de seu crescimento. E eu acho que isso vale também para os Estados Unidos, que têm um déficit em conta corrente no Balanço

de Pagamentos maior que 5% do PIB, e que cresce a cada ano, além de ser o maior devedor do mundo. Evidentemente temos a grande vantagem, nos Estados Unidos, de o resto do mundo aceitar o dólar, o que não acontece, por exemplo, com os Reais brasileiros. Mas, mesmo assim, para o futuro do País, não é conveniente ter esse grande desequilíbrio. Para o Brasil crescer a uma taxa de 5% ao ano na próxima década que, de meu ponto de vista, deve ser a meta a ser perseguida, a taxa de investimento tem de ser da ordem de 25%, pelo menos. Como hoje a poupança doméstica é da ordem de 18% a 19% do PIB, isso implica a necessidade de aumentar a poupança. A minha idéia é que se poderia ter o governo poupando e o setor privado investindo, que é o contrário da política seguida pelo Brasil no passado, quando o setor privado poupava e o governo gastava. Essa inversão é necessária, no início especialmente, porque assim o governo pode aproveitar o superávit fiscal que gera, pela redução do pagamento de juros externos, e ter esses fundos já preparados para aumentar a poupança doméstica.

Vejo isso como um elemento indispensável nos próximos anos para começar a financiar o processo de crescimento do investimento, além do aumento das exportações de maneira contínua. O que vem acontecendo até hoje é um processo em que o Brasil consegue exportar por um ou dois anos, há uma recuperação interna, decide-se então colocar tudo no mercado doméstico e as exportações voltam a cair. Isto não pode continuar assim. Evidentemente, é preciso que o País tenha a taxa de câmbio adequada, estimulando a produção para a exportação. Mas vejo isso começar a acontecer e o sinal disso é justamente o tamanho dos superávits comerciais que o Brasil vem acumulando nos últimos meses. De outro lado, o Brasil não pode trabalhar por muito tempo com um resultado positivo tão grande na balança comercial - que, ao que tudo indica, deve chegar a US\$ 20 bilhões neste ano - porque necessita de importações para sustentar seu crescimento, importação de bens de capital, importação de nova tecnologia, importações capazes de igualar o padrão tecnológico da produção brasileira ao padrão de produção dos outros países que estão entrando no mercado externo etc.. Em 1967, eu escrevi algo que me parece ser bastante importante ainda hoje: que é com a exportação, como elemento de concorrência contínua com os países avançados, que o país menos desenvolvido ganha a vantagem de concorrer e traz essas vantagens para o mercado doméstico, segurando a inflação e limitando o aumento dos preços. E eu vejo isso acontecendo hoje.

Inflação inercial, Plano Cruzado e Plano Real

Mas além dessas duas coisas, a estabilização e o aumento da participação do País no mercado externo, uma terceira coisa nunca deixou de atrair meu interesse: a distribuição da

renda e a pobreza nacional. De fato, uma coisa que agora pode ser entendida muito melhor do que no passado é que é muito difícil alterar a distribuição da renda. A obtenção da estabilidade dos preços traz uma contribuição muito grande para a melhora da renda do primeiro quintil da distribuição, porque, com ela, os mais pobres, que carregam toda sua renda em moeda e são os mais afetados por sua contínua desvalorização, deixam de pagar o imposto inflacionário. Isso aconteceu muito claramente com o advento do Plano Real.

Com o Plano Cruzado aconteceu a mesma coisa e essa foi inclusive uma das razões pelas quais ele naufragou tão rapidamente. Na época do Plano Cruzado, não só o País dispunha de um estoque de divisas muito menor do que o existente no início do Plano Real, como não havia nenhum planejamento de se utilizar as divisas para importação, se isso fosse necessário para fazer face às pressões internas sobre preços trazidas pelo crescimento. A meu ver, foi essa uma das diferenças fundamentais entre o Plano Cruzado e o Plano Real, e que possibilitou o êxito do segundo.

Sobre a relação entre inflação e distribuição de renda, eu tinha escrito algo nos Estados Unidos, nos anos 70, que tem que ver com as teorias da inflação inercial que mais tarde foram desenvolvidas por aqui. A primeira coisa que precisamos lembrar é que a indexação dos preços é uma coisa que começou de fato no Brasil e, a meu ver, o Mário Henrique Simonsen foi o primeiro a mostrar a relação entre inflação, indexação e o valor de salários e aluguéis. E eu mostrava nesse artigo que o trabalhador brasileiro sempre pagava a conta, porque havia uma defasagem entre os salários, de um lado, e o aumento dos preços, de outro, de modo que o salário real declinava durante esse período e impedia o trabalhador de sustentar seu nível de vida.

Quando surge a teoria da inflação inercial eu estava muito atento a ela, porque já tinha trabalhado na questão. O Pérsio Arida e o André Lara Resende apresentaram essa teoria em Washington, em 1983 e eu estava lá com eles. Houve muita discussão sobre a possibilidade da existência desse tipo especial de inflação e, portanto, dos remédios não ortodoxos para combatê-la. Mas o que foi esquecido, quando se aplicou tudo isso no Plano Cruzado, foi a necessidade de ter um mercado que funcionasse como a âncora necessária. No caso do Plano Real, que tinha por trás de si os mesmos idealizadores do Plano Cruzado, houve a âncora externa e a entrada de importações contendo os preços internos, o que fez toda a diferença e garantiu o sucesso do Plano.

Outro fator muito importante naquela época foi a existência de um superávit fiscal. Havia, em 1994, um superávit fiscal da ordem de 5%. Esse foi exatamente o período em que Fernando Henrique Cardoso esteve no Ministério da Fazenda, começando sua campanha para

a presidência. Ninguém estava entendendo muito bem o novo Plano, mas foi esse grande superávit conseguido por Cardoso que permitiu o êxito do Plano Real, bem como sua continuação. Essa é mais uma das diferenças fundamentais entre o Plano Real e os planos anteriores, que tiveram uma vida muito curta. No caso do Plano Cruzado, após a estabilização, o crescimento da economia foi muito maior do que o que era possível sustentar naquela época, o que colaborou para seu fracasso. Eu fiz um estudo comparando o Plano Real com o Plano Cruzado, tenho trabalhado essa comparação, porque ela, de fato, interessa muito.

Educação e pobreza

Mas quero voltar ao terceiro ponto, que hoje talvez seja o mais importante, que é o problema da distribuição da renda e da pobreza. Esses problemas são de fato muito sérios. Acredito que não sejam inconsistentes, por um lado, a necessidade de se limitar a inflação, e, por outro, a necessidade de uma melhora na distribuição da renda. Mas, como disse anteriormente, hoje é muito claro que a distribuição de renda é uma coisa muito difícil de alterar, exceção feita aos benefícios imediatos trazidos por programas de estabilização em economias marcadas por altas taxas de inflação, o que evidentemente já não é mais o caso do Brasil. Então, a meu ver, só há uma maneira de alterar a distribuição da renda, que é, ao longo do tempo, alterando o sistema educacional. Esse é o fator mais importante que determina, de fato, a distribuição. Por exemplo, apesar de se ter agora 97% da população brasileira entrando na escola, o País tem a mais elevada taxa de repetência dentre os países da América Latina. Os dados existentes mostram que quase 50% dos alunos até o quinto ano repetem pelo menos um ano. Aí se tem um gasto demasiado de recursos, e se reduz o incentivo para o aluno continuar. Evidentemente, é necessário melhorar isso.

A segunda coisa que também acho importante é cuidar da educação universitária. Aqui, no Brasil, o custo anual da educação por aluno, no nível superior, é o segundo mais alto do mundo, mais ou menos US\$ 18 mil, e mesmo assim nem sempre se consegue produzir os talentos necessários para entrar nas novas fronteiras de pesquisa, para continuar na vanguarda dos novos produtos, das novas tecnologias etc.. Além disso, nos últimos anos, houve um enorme crescimento das universidades privadas, e há a entrada de gente dos Estados Unidos e de outros lugares comprando universidades privadas no Brasil, para satisfazer a grande demanda, mas não oferecendo a qualidade necessária.

Não acho que seja muito conveniente, nem muito bom para o futuro do Brasil, substituir a qualidade pela quantidade. Isso seria um terrível engano. É preciso, evidentemente, sustentar a qualidade. Mas por que não aproveitar a capacidade de pagar alguma coisa que tem o grupo

que entra na universidade pública? Como se sabe, os ricos estudam em escolas secundárias privadas e a maioria dos alunos das universidades públicas no Brasil tem a formação anterior privada. Então, se eles pagam tão caro para passar no vestibular, por que não podem pagar um pouco, depois que entram na universidade? É evidente que se tem de acomodar a demanda futura dentro do sistema, em vez de depender dessas novas universidades privadas, que não oferecem a qualidade necessária para o País. Eu faço questão de falar disso quando discuto a questão da distribuição da renda, porque acho que há a capacidade de se fazer um investimento crescente na educação, tendo por conseqüência o aumento das vantagens do País em sua capacidade de concorrer no mercado externo.

Com relação à questão *stricto sensu* da pobreza, há evidentemente muito o que fazer, como o fome zero, a bolsa-escola e outros programas desse tipo. Mas acredito que uma área que vai ser muito importante nos próximos anos, a partir da redução da taxa real de juros, é a construção civil. A demanda por moradia, que está reprimida há algum tempo, já que a classe média ficou sem condições de atendê-la, vai servir como um elemento muito positivo nos anos que vêm, e vai absorver também mão-de-obra. Uma vez que o País tem essa taxa de desemprego altíssima, evidentemente a construção é uma maneira de minorar esse problema.

A receita para a retomada do crescimento

Mas voltando a um ponto em que já toquei, acho que é necessário continuar com o crescimento das exportações. Não falo das exportações liderando o processo, como foi o caso da Coréia e de outros países asiáticos, mas de uma taxa sustentada de crescimento, de modo que todo ano haja um aumento das vendas externas 2% ou 3% acima da taxa de crescimento doméstico. Isso dá sempre uma margem, dá essa possibilidade de concorrer e possibilita as importações de capital necessárias para o investimento, que vai permitir o crescimento do mercado interno. É essa, a meu ver, a receita que deve ser seguida.

Parece que agora o Brasil está no rumo certo. Por exemplo, o País já tem uma reforma da Previdência, que está em curso. E é necessário reconhecer a importância disso. Por exemplo, foi logo depois da derrota no Congresso de uma proposta parecida com essa feita pelo governo Fernando Henrique, em dezembro de 1998, que houve a desvalorização do Real no mês seguinte. O governo não conseguiu os dois terços de votos necessários para aprovar a reforma, o que empurrou todo o capital estrangeiro para fora do País e o resultado foi, evidentemente, a desvalorização do Real em janeiro de 1999.

Mas estamos caminhando também no sentido da resolução dos problemas tributários, apesar de todas as dificuldades nos Estados e municípios e no governo federal. Não obstante

esses problemas, o que pela primeira vez se vê é um processo de descentralização. O outro lado disso não é simplesmente deixar mais dinheiro com os Estados e municípios, mas deixar também mais responsabilidades, elevando-se a obrigatoriedade de esses governos gastarem com educação, com saúde, com a construção de casas, com uma política habitacional. Então, vejo esse processo não simplesmente como um processo de simplificação do sistema de tributos, mas também como a alteração de um sistema que passou por um profundo processo de centralização e que gerou um aumento da tributação de 24% para quase 35% do PIB. Evidentemente isso não pode e não deve continuar assim. É necessária uma redução dessa taxa de tributação, mas também uma divisão de responsabilidades, uma descentralização, que pode ajudar muito o Estado a sustentar a oferta dos serviços que são necessários, ao mesmo tempo em que continuará a depender dos investimentos do setor privado.

O posicionamento entre ortodoxia e heterodoxia e as influências intelectuais

Se eu tivesse que fazer um retrospecto sobre todas as questões que trabalhei e sobre tudo que aprendi estudando o Brasil ao longo de todos esses anos, eu diria que compartilho normalmente posições ortodoxas, mas que em vários momentos eu discordei da ortodoxia. Quando eu comecei a estudar o processo de substituição de importações, concordei, de fato, com algumas de suas colocações e inclusive expliquei que o Brasil teve um êxito maior, em comparação com o Chile e os outros países menores, por causa da importância e do tamanho de seu mercado interno. Além disso, enfatizei sempre a necessidade de discutir a questão distributiva, a necessidade de reduzir o peso da dívida externa e o gasto de divisas com seu serviço, que o País não tinha como sustentar etc.. Compartilhei também das teses que advogaram que a inflação do Brasil nos anos 80 era de caráter inercial, além de discordar das políticas antiinflacionárias defendidas por Roberto Campos e Bulhões nos anos 60. Assim, quanto a tudo isso eu fiquei do lado heterodoxo, mas em relação a outras coisas fico no lado mais ortodoxo.

Acho que a maioria, eu diria cerca de 90% dos economistas brasileiros defendem, hoje em dia, estabilização, e ninguém ousa dizer que existe alguma maneira de limitar a inflação a 15% ou 20% ao ano e assim crescer. Insisto também que o governo tenha hoje uma posição diferente da que teve durante a época da substituição das importações. Hoje em dia é o governo que tem de poupar. O aumento da poupança do governo é a maneira mais importante de ele contribuir com o processo de desenvolvimento e com sua sustentação. Para mim, o governo continua com um papel fundamental nas áreas de educação, de saúde, de construção de moradias para as classes de menor renda. Mas seu papel mais importante é utilizar o superávit fiscal para financiar o investimento necessário para que o País atinja sustentadamente

uma taxa de crescimento de 5% na próxima década. Vejo tudo isso, evidentemente, como uma possibilidade, mesmo entendendo a necessidade de descentralização, e pressupondo que não haja maneira de aumentar mais as receitas governamentais.

No fim das contas, a minha preocupação maior sempre foi com a questão do desenvolvimento, e foi com isso que estive sempre envolvido direta ou indiretamente estudando a economia brasileira. Acredito também que a educação que tive em Harvard, concentrando-me primeiro na área de história econômica para depois passar para a discussão sobre desenvolvimento me deu uma grande vantagem. Muitos economistas hoje começam a estudar os problemas relativos ao desenvolvimento sem entenderem nada do passado, sem saberem quais foram os elementos positivos e negativos dos processos anteriores, quais as diferenças existentes entre hoje e o que aconteceu no passado etc.. Ter, pois, começado com a história econômica foi fundamental na minha educação. Por isso creio que a primeira grande influência intelectual que devo registrar é do Gerschenkron e das coisas que ele escreveu. Recentemente, inclusive, eu escrevi sobre a contribuição dele, tratando de colocar suas idéias dentro do contexto internacional, mostrando a importância que tinham e indicando também os pontos em que, no meu entender, ele falhou. As contribuições do Hirschman também foram evidentemente, muito importantes na minha formação. Quando ele explica o processo de substituição das importações e a importância do governo, quando ele inclui esse elemento político, além do elemento econômico, e, em vários de seus livros isso está presente, isso me influenciou muito e tem reflexos em muitas das coisas que escrevi. Finalmente, os economistas recentes, como Paul Krugman, Rudiger Dornbush, Jeffrey Sachs, Stanley Fischer, todo esse grupo que hoje em dia tem uma importância muito grande na política.

Uma coisa a que eu dei muita importância quando chefei o Departamento de Economia lá na Universidade da Califórnia, Berkeley, foi destacar a possibilidade de a gente começar no nível teórico e passar para o nível de aplicação e o nível de fazer política. Acredito que a gente tem de começar entendendo, estudando teoria, econometria, história econômica, para depois escrever sobre esses assuntos, e para, só depois ainda, ser político, entrar no governo, fazer as coisas necessárias. E acho muito interessante o fato de ter esses grandes nomes como elementos indispensáveis dentro da política durante a última década. É uma coisa sobre a qual tratei de instruir meus alunos. Muitos deles entraram na política depois, e espero que tenham aproveitado esses conselhos.

O momento atual: a criação do Centro de Estudos Brasileiros na universidade de Colúmbia

Agora, na última fase da minha carreira, depois de sair da Universidade da Califórnia, estou na Universidade de Colúmbia, e estabeleci lá um Centro de Estudos Brasileiros. Trata-se do primeiro centro, dentro dos Estados Unidos, voltado exclusivamente ao estudo do Brasil. Sou o diretor desse novo centro, estabelecido há mais ou menos dois anos, e vejo isso como elemento importante para o futuro, o futuro não só do estudo de economia, mas também do estudo das outras coisas, como saúde pública, história, ciência política, sociologia, e também medicina, engenharia etc. Pode haver algo funcionando, dentro dos Estados Unidos, em Nova York, que sirva para atrair o aluno brasileiro a fazer esse PhD sanduíche, em que ele passa um ano lá. E querendo ele pode voltar mais tarde e fazer pós-doutorado na universidade. A idéia é trazer o professor brasileiro para estudar algo em conjunto, fazer pesquisa conjunta, na medicina ou em outra área, e também oferecer ao aluno norte-americano o acesso ao Brasil. Um bom sinal nesse sentido é que no centro recém-estabelecido em Colúmbia já dobramos o número de alunos que estuda português. O centro tem a vantagem de já estar recebendo ministros e outras pessoas que trabalham nos primeiros escalões do governo no Brasil, no Banco Central etc., que nos visitam, apresentam seminários, respondem a perguntas etc., como, por exemplo, Ciro Gomes, que lá esteve na época das eleições. Vejo esse centro como um elemento muito importante e uma espécie de coroamento de meu trabalho, porque além de querer continuar com as minhas contribuições na área de economia, quero estabelecer algo que sobreviva e sirva como um elemento-chave que assegure que no futuro haja uma ligação estreita entre os Estados Unidos e o Brasil, dentro do campo acadêmico.

